

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CLARA / CASTELO VIEGAS

ATA

Ao dia vinte e oito do mês de Abril do ano de dois mil e dezassete, pelas 21,30 horas, reuniu na Sede da União de Freguesias a Assembleia da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo de Viegas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1: Assuntos de interesse para a União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas.

Ponto 2: Discussão e Aprovação do Relatório e Contas do Exercício de 2016

Estiveram presentes os seguinte elementos

Partido Socialista:

José Carlos clemente

Gustavo André Gonçalves Rocha

José Manuel Mateus Pereira

José Filipe Graça

Ângela Pinto Correia (Substituição de Alice Viseu)

Coligação "Por Coimbra":

Sandra Luísa dos Santos Marques

Miguel Ângelo Vieira de Melo e Lopes

Cláudia Berta Pereira Nunes (Substituição de Paulo Jorge Pinto Lopes)

João Carlos Abreu

Ana Catarina de Oliveira Ferreira

Coligação Democrática Unitária:

Maria Isabel Fernandes

Jorge Fresco

Cidadãos Por Coimbra:

Sílvia Maria Dias Ferreira

Abriu a sessão o Presidente da Assembleia, solicitando alteração á Ordem de Trabalhos, pelo fato de não constar na ordem de trabalhos a (Discussão e Aprovação da ata da Assembleia anterior) por lapso na sua elaboração.

Proposta aprovada por unanimidade.

Assim a ORDEM DE TRABALHOS passou a:

- 1- Discussão e Aprovação da Ata da Assembleia de 27/12/2016*
- 2- Assuntos de Interesse para a União de Freguesias Santa Clara e Castelo Viegas*
- 3- Discussão e Aprovação do Relatório e Contas do Exercício de 2016*

-O Presidente da Assembleia, após anunciar os pedidos de substituição de Maria Alice do Partido Socialista e de Paulo Jorge Pinto Lopes da Coligação Por Coimbra, dirigiu-se à Assembleia para saudar o regresso da eleita pelo CPC Sílvia Maria Dias Ferreira.

Entrou-se no Ponto 1 da ordem de trabalhos:

*-O Presidente da Assembleia de Freguesia informa que foi enviada a ata atempadamente a todos os eleitos desta Assembleia, questiona se existe alguma retificação. Não existiu nenhuma retificação, assim colocou a ata á votação, tendo sido **Aprovada por Maioria**, com as abstenções de Ângela Pinto Correia (PS), José Filipe Graça (PS), Cláudia Berta Pereira Nunes (Coligação Por Coimbra) e Sílvia Maria Dias Ferreira (CPC) por não terem participado na última Assembleia*

Entrou-se no Ponto 2 da ordem de trabalhos:

Usou da palavra Isabel Fernandes (CDU) informando que foi enviado pelo PCP um documento dizendo respeito á retirada de confiança política ao eleito pela (CDU) Jorge Fresco.

Sobre este assunto o Presidente da Assembleia afirmou não ter recebido qualquer solicitação neste sentido por parte do PCP. Afirmou mesmo que os serviços administrativos da União de Freguesias não lhe transmitiram ter recebido qualquer documento sobre o assunto em causa. Solicitou á eleita Isabel Fernandes que solicite ao seu Partido informação concreta para que na próxima Assembleia se resolva a situação. Afirmou mesmo que este caso lhe parece uma novela.

Usou da palavra sobre este assunto a eleita Catarina Ferreira (Coligação Por Coimbra), afirmando que esta situação não exclui o eleito Jorge Fresco da Assembleia.

O Presidente da Assembleia informou que se trata de uma questão de confiança política, mas que o eleito se manterá na sua função até final do mandato para que foi eleito se assim entender.

Usou da palavra o Presidente do Executivo, informando ter reunido com o Chefe de Gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, o qual lhe apresentou uma proposta no sentido das

entradas para a Feira Popular serem gratuitas, sendo que a União de Freguesias seria ressarcida de um montante financeiro a atribuir tendo por média os valores recebidos em bilheteira nos anos de 2014/2015. Disse ter apresentado uma contraposta baseada na evolução de bilheteira, tendo solicitado uma verba maior. Afirmou que na Assembleia Municipal ter-se abordado este assunto com a elaboração de um Protocolo que foi apresentado e votado o qual visa as entradas gratuitas com contrapartida financeira. Informa não ter falado com o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre este assunto. A Feira está planeada pelo que é impossível estabelecer este contrato.

O Presidente da Assembleia informa que a União de Freguesias recebeu a minuta do Protocolo e que o mesmo foi aprovado por unanimidade na reunião do Executivo Municipal e que na Assembleia Municipal foi aprovado por maioria. Solicita que seja dado conhecimento do documento á Assembleia para melhor esclarecimento.

O Presidente da Assembleia usa da palavra para esclarecer que nas suas funções na Câmara Municipal não aprova projetos. Teve conhecimento que o Sr. Presidente do Executivo anda a insinuar que não foi aprovada uma obra da União de Freguesias por sua culpa. Disse ser verdade tal afirmação. Disse que foi enviado email pelos serviços responsáveis do Município (GAF) o qual informava estar o Executivo da União de Freguesias na posse do projeto em causa aprovado, assim como todos os que o (GAF) elaborou. Para provar o que afirma questionou a vogal do executivo Bertília, que informasse quanto tempo demorou a aprovação do pagamento dos Acordos de Execução. O Presidente da Assembleia disse que depois do trabalho técnico não tem demorado mais de 72 horas o envio para a contabilidade. A vogal confirmou esta afirmação.

Assim, o Presidente da Assembleia solicitou ao Presidente do Executivo contenção no que escreve, pois não admite que seja colocada em causa a sua honestidade e dignidade.

A questão suscitada pelo Presidente da Assembleia mereceu o esclarecimento do Presidente do Executivo o qual informou ter ligado para a técnica do GAF (Eng^a Nádea) que a questionou sobre o projeto a qual lhe respondeu “que estava tudo feito da parte dela e que o mesmo estava em instâncias superiores”. Deduziu que estivesse com o Presidente da Assembleia.

O Presidente da Assembleia volta a esclarecer que é exemplar na função que desempenha e reafirma que não é da sua competência aprovar projetos e por isso exige moderação e respeito por parte do Presidente do Executivo.

O Presidente do Executivo volta afirmar ter algumas dificuldades em fazer aprovar alguns projetos. Entregou a relação de obras em Abril e se os técnicos lhe colocam restrições tem que solicitar alterações.

O Presidente da Assembleia esclarece que se de fato são solicitadas alterações, têm que ser reapreciadas pelos técnicos e elaborados os respetivos projetos para sua aprovação. Informa que qualquer alteração tem que voltar a reunião do Executivo Municipal para aprovação e só depois que é desenvolvido o processo.

O Presidente do Executivo informa ter tido conhecimento de uma reunião do Partido Socialista de Santa Clara para o tentar denegrir.

Pede a palavra Ângela Pinto Correia (PS), respondendo á questão levantada, disse que quem o andou avisar enganou-o.

O Presidente do Executivo voltou a referir obras que pretendia realizar. Obras essas em espaços particulares as quais não foram aceites pela Câmara.

Mais uma vez o Presidente da Assembleia informou que a Câmara não vai efetuar essas obras. Por outro lado questiona o Presidente do Executivo porque razão a Câmara não atribui subsídios a essas coletividades e Instituições para apoio ás suas obras?

Aliás o Sr. Presidente do Executivo conhece as verdadeiras razões pelas quais a lei não permite essas execuções.

Jorge Fresco (CDU) questiona o Presidente da Assembleia se esteve na apresentação dos novos autocarros dos SMTUC e se os mesmos vão passar por Sta. Clara.

Respondendo á questão o Presidente da Assembleia informou não ser funcionário dos SMTUC.

Entrou-se no Ponto 3 da Ordem de Trabalhos:

José Filipe Graça (PS) afirma que este Relatório é o mesmo do mesmo. Igual a todos os anteriores. Consta no Relatório que conseguiram abertura da Delegação de Castelo Viegas das 8h-13 horas diariamente. Como pode constar esta informação se só ás Quintas-Feiras se encontra uma funcionária da Junta. A ser assim o atendimento é efetuado por uma funcionária dos CTT. Quem lhe paga?

A esta questão respondeu o Presidente do Executivo informando que a funcionária é paga pela Associação dos Pereiros.

Continuou a sua intervenção perguntando o que são "Dias Especiais" (indicação no Relatório e Contas) e o valor constante no Relatório. Solicitou explicação sobre as despesas de Representação, Deslocações e Estadas, tendo em conta o valor constante na despesa. Aliás existem algumas dúvidas no que ás despesas de Representação diz respeito. Também questionou o valor das Deslocações e Estadas.

Nas despesas da Feira Popular solicitou informação sobre o montante da Luz apresentado.

Sobre a Feira Popular, disse que o Relatório não menciona o Apoio da Câmara Municipal, mas verifica-se ter existido.

Questionou também sobre o valor de despesa das aulas de Chi kung no valor de (9.140,90€) sem se verificar que na Receita exista qualquer valor recebido dos utentes.

Foi solicitado esclarecimento de uma viagem convívio aos Açores, tendo em conta não constar na Receita os valores que cada participante pagou.

A esta questões o Presidente do Executivo disse que a Câmara apoiou, mas, anteriormente, para além deste apoio também atribuía subsídio.

Quanto às despesas de Representação, deslocações e Estadas. Recebe o que a lei lhe atribui. Tem direito a Kms, despesas de Representação e Subsídio de Alimentação. Referiu que foram pagos Kms á vogal Bertília e ás funcionárias quando se deslocam em serviço. Reafirmou que recebe tudo que a lei lhe confere.

Solicitou a palavra o Sr. Tesoureiro o qual se disponibilizou a prestar todos os esclarecimentos contabilísticos. No que diz respeito às deslocações está tudo como determina a lei. Está disponível para subdividir as contas para melhor esclarecimento. Informa que a Receita do Chi Kung se encontra englobada na rúbrica 07.02.08.

O Presidente da Assembleia solicita informação para saber quantas pessoas viajaram a expensas da União de Freguesias. Foi informado terem viajado os dois elementos do Executivo Bertília e Joana Falcão e a funcionária Catarina Ferreira. Insistindo o Presidente da Assembleia no número de participantes a Vogal Bertília disse terem ido também mais dois guias.

Face á explicação dada o Presidente da Assembleia, termina a sua intervenção afirmando: "Estou devidamente esclarecido".

Isabel Fernandes (CDU) disse estar nesta Assembleia de Freguesia tem sido uma boa experiência, mas das que conhece, esta é a mais problemática porque as pessoas estão agarradas ao Poder e ganham "vícios" que não são benéficos á Freguesia. Nunca viu uma Junta com tanta Romaria em vez de concentrar esforços no que é importante. Afirma que o Relatório é mais do mesmo por causa desses hábitos.

Usou da palavra Ângela Pinto Correia (PS), afirmando que o Presidente do Executivo ficou incomodado com as perguntas, mas a nossa função enquanto eleitos é questionar. É assim que funciona um processo democrático. Isto não é uma auditoria é um esclarecimento. Se fosse uma auditoria as perguntas seriam mais complicadas.

Sílvia Ferreira (CPC) disse ser com agrado que vê o Relatório a melhorar, mas tem algumas sugestões. As Receitas e as Despesas por vezes não coincidem com os textos. É preciso melhorar esta articulação. Deu como exemplo o registo da quantidade de entradas na Feira Popular 55.000 e no texto está 100.000 o que é preciso esclarecer. Podiam melhorar o mercado, usando as receitas positivas do mesmo. É necessário apoiar as Associações com atribuição de subsídios. A questão da Junta ter uma bandeira nos Picos da Europa não parece importante para a União das Freguesias. Entende ser necessário melhorar as relações com a Câmara Municipal.

Respondeu o Presidente do Executivo afirmando ser verdade ser necessário melhorar as relações com a Câmara. Disse ter enviado ofícios e não obtém resposta. Mas o problema é comum a todas as Freguesias. Eu falo porque sou da oposição e isso ressenete-se.

João Abreu (Coligação Por Coimbra), disse ser um relatório que espelha o bom trabalho deste executivo ao longo deste mandato. Tem acrescentos não obrigatórios a bem da transparência. Está tecnicamente bem executado. Estranha as dúvidas suscitadas, mas compreende porque os membros da Assembleia não são profissionais. Pelas razões apresentadas, vem este ano pedir aprovação deste Relatório.

Miguel Lopes (Coligação Por Coimbra) disse que este executivo tem habituado mal esta freguesia porque se banalizou a excelência. Está aqui um trabalho técnico muito bom. As intervenções da oposição são reparos ligeiros pelo que é de louvar o trabalho feito.

O Presidente da Assembleia usa da palavra, dizendo que lhe custa falar de quem se gosta, dirigindo-se ao Tesoureiro da União de Freguesias. Pergunta se também na despesa de deslocação não recebe Kms, porque é do seu conhecimento que também se desloca ao serviço da União de Freguesias.

Á questão, respondeu o Sr. Tesoureiro, dizendo que nada recebe.

Não havendo mais intervenções sobre o documento em apreciação o Presidente da Assembleia colocou o mesmo á votação tendo obtido o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA – 5 Votos (PS)

ABSTENÇÃO - 1 Voto (CDU)

A FAVOR - 7 Votos (Coligação Por Coimbra)- 5 votos; 1 voto – (CPC)- 1 voto- (CDU)

Declaração dos eleitos do PS- VOTARAM CONTRA porque entendem que se mantêm as dúvidas colocadas.

Sem mais assuntos a discutir o Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos pelas vinte e três horas e oito minutos.

O Presidente da Assembleia da União de Freguesias:

O 1º Secretário

2º Secretário